



Fé demais, geralmente, não cheira bem

Jair Almeida Jr.

O Eremita das Américas: A Odisseia de um Peregrino Italiano no Século XIX,
de Alexandre de Oliveira Karsburg. Santa Maria, Editora UFSM, 2014, 448 pp.

O nome João Maria de Agostini não é muito conhecido do público geral. Personagem tido como um tanto vetusto, pobre e de vestes surradas pelos muitos e longos caminhos percorridos e transbordante barba, sua aparência e procedimento não se coadunam com o perfil que geralmente, especialmente em nossos dias, se associa a um personagem popular. Dizia ter recebido uma ordem, da parte da Virgem, para percorrer o mundo como missionário. Assim, antes de Agostini, vinha “João (de) Maria”. Mas era outra época, século XIX, quando predominava ainda no Brasil uma cosmovisão medieval, centrada no catolicismo, religião de cujas caudalosas vagas, o “monge”, uma espécie de “título” da religiosidade popular sulista equivalente ao “beato” do Nordeste, tornou-se intensamente “tributário”. Sob o alicerce de uma vida cimentada por rígida e sólida prática religiosa de um certo João, que tinha Maria não apenas no nome, mas no coração, a religiosidade popular construiu um personagem cujo gigantismo extrapolou sua própria época; sementes de esperança que, plantadas no solo catarinense, fizeram brotar um “pé” que cresceu e alcançou, aos olhos da fé, as próprias nuvens de onde se

esperava os exércitos encantados, conferindo ao povo expectativa muito maior do que fábulas de “ovos de ouro”: uma próspera terra prometida.

Foi assim que João Maria de Agostini, morto em 1869, nunca soube que sua carreira espiritual fomentou, meio século à frente, a Guerra do Contestado, um dos maiores movimentos messiânicos brasileiros. Ela se deu devido à continuidade de seu personagem na vida de um segundo “João Maria” e de um autointitulado “irmão”, que assumiu o nome de José Maria. Foi este o monge que liderou a primeira batalha da guerra, na cidade de Irani (SC), ocasião também de seu perecimento. A partir de então, os adeptos do movimento passaram a esperar a volta de José Maria e de João Maria, sendo que este teria ficado “encantado” no Morro do Taió, na serra catarinense. Também era esperado o exército de São Sebastião, que viria na companhia dos “monges”. Estamos em pleno centenário do Contestado, conflito que se iniciou em 1912 e foi oficialmente encerrado em 1916.

Como personagem central à história da Guerra do Contestado, João Maria tem seu nome ligado a vários simpósios que estão sendo realizados desde 2012, em comemoração ao centenário da

JAIR ALMEIDA JR. é doutorando em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

revolta. A enorme influência desse messianismo pode ser notada em nossos dias pela existência de museus e lugares históricos preservados em cidades como Caçador, Irani e Fraiburgo, bem como uma Universidade do Contestado, com *campi* nos municípios catarinenses de Mafra, Canoinhas, Curitiba, Porto União, Concórdia e Rio Negro. Além disso, há diversos “lugares santos” atribuídos a João Maria, desde a Floresta de Ipanema, em Iperó (SP), área de preservação e sítio histórico no qual se encontra a formação rochosa onde João Maria habitou por algum tempo, passando pelo município paranaense da Lapa, onde está a famosa Gruta do Monge, e diversos locais em Santa Catarina. Tânia Welter fez ótimo trabalho mapeando tais locais sagrados atribuídos ao monge. Quem viaja pela Região Sul do país encontrará “São João Maria” e “Gruta do Monge” como nome fantasia de algumas pequenas empresas, entre as quais mercadinhos e até pousadas. No Brasil de hoje, São João Maria tem os seus devotos principalmente nos estados sulistas, mas também em outros países da América, devido ao que veremos.

Embora João Maria de Agostini seja personagem ainda um tanto obscuro, quase “fantasmagórico”, conhecido apenas por “aparições” aqui e acolá até recentemente, por fim, materializou-se definitivamente na competente pesquisa de Alexandre de Oliveira Karsburg. Foi ele quem (re)descobriu a trajetória do monge, já havia bom tempo conhecida fora do país, mas ignorada pelos muitos estudiosos brasileiros da Guerra do Contestado. A obra de Karsburg *O Eremita das Américas: A Odisseia de um Peregrino Italiano no Século XIX* é, na verdade, sua tese de doutorado *O Eremita do Novo Mundo: A Trajetória de um Peregrino Italiano na América do Século XIX (1838-1869)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, rearranjada em forma de livro. O ineditismo de sua obra, descortinando, como já foi referido, a trajetória de João Maria pelo continente até então desconhecida pelos pesquisadores nacionais, justifica a sua edição pela editora da Universidade Federal de Santa Maria, constituindo-se assim em referência indispensável para se conhecer aquele que emprestou seu nome à fé percebida e desenvolvida

pelos caboclos expulsos de suas terras, de forma especial, no oeste catarinense.

Quase um século e meio após a morte de João Maria de Agostini e em pleno centenário da Guerra do Contestado, o livro de Karsburg faz renascer o interesse na vida daquele monge original, fazendo-o “ressurgir” na mente dos pesquisadores hodiernos, lançando luz em vários pontos até então apenas especulados. A recuperação de fotos do monge tiradas em Cuba e nos Estados Unidos já na década de sua morte mostra que a imagem que é venerada por muitos brasileiros sulistas possivelmente retrate o segundo João Maria, aquele que deu continuidade ao “monge” em terras brasileiras, por serem feições dificilmente conciliáveis.

O livro mostra boa pesquisa e acurada relação de fontes primárias sobre as quais toda a obra firmemente se fundamenta. O autor encontra-se atualmente integrado ao quadro docente da Universidade Federal de Pelotas, o que já se percebia na ocasião da publicação do seu livro.

O Eremita das Américas é basicamente “história”. Sua leitura é como sentar ao lado de Karsburg e ouvi-lo contar, e seu propósito é, tão somente, biográfico: reconstituir os passos de João Maria de Agostini para reescrever sua história. Embora, aparentemente, não haja aplicações sociais explícitas no livro, as informações coletadas e costuradas pelo autor não apenas apresentam o real personagem fulcral de sua pesquisa, mas, ao assim fazer, abre possibilidades de associações mais claras com outros atores históricos, como, por exemplo, seu contato com D. Pedro II, bem como sua interação nos diversos ambientes sociais pelos quais trilhou.

Em sua abordagem, tributa reconhecimento e valor a alguns autores a quem chama de “clássicos” sobre a Guerra do Contestado, pesquisadores que produziram obras de fôlego sobre o assunto e que tinham como um de seus objetivos falar de João Maria de Agostini com as poucas informações que possuíam, como é o caso de Oswaldo Cabral, Duglas Teixeira Monteiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz.

Alexandre Karsburg cita suas fontes historiográficas sobre a vida de João Maria de Agostini cronologicamente, iniciando com o provável pri-

meiro relato sobre o monge, de autoria do padre francês João Pedro Gay, pároco em São Borja (RS), publicado no início da segunda metade do século XIX. Na sequência, indica o artigo do historiador João Borges Fortes, publicado em 1902, no qual afirma que foi instituído o culto a Santo Antônio Abade pelo monge no cerro próximo a Santa Maria (RS).

Karsburg também atribui grande importância ao livro escrito por Hemetério José Veloso da Silveira, datado de 1909, sob o título *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*, em que, na sua opinião, há informações mais detalhadas sobre o trabalho de João Maria no cerro em Campestre e o itinerário trilhado por ele entre São Paulo e Rio Grande do Sul, basicamente seguindo os tropeiros que “desciam” a partir de Sorocaba.

Destacam-se ainda, como referências históricas ao monge, o comentário feito na tribuna do Senado em 1874 pelo médico e senador José Martins da Cruz Jobim, as preciosas crônicas de Felicíssimo de Azevedo publicadas em 1895 e 1898 e os historiadores João Belém e Romeu Beltrão, já na primeira metade do século XX (pp. 18-21). Dos autores atuais, reconhece importância em José Fraga Fachel (*Monge João Maria*, 1995) e Cesar Hamilton Goes (*Nos Caminhos do Santo Monge*, 2007).

Segundo o autor, sua intenção foi a de “reconstruir a trajetória do italiano com o objetivo de analisar o seu campo de atuação”, pretendendo “percebê-lo em interação com o contexto em que viveu”, mas com o cuidado de não fazer do monge mera “produção óbvia de cenário”. Mostrando sua veia de historiador, declara seu compromisso com uma análise crítica de suas fontes, particularmente as informações pertinentes à produção de cada documento, especificando quem, quando e que motivos levaram ao seu registro (pp. 26 e 27).

O material pesquisado é disposto em sete capítulos, dando-se voz, primeiramente, aos devotos. Karsburg faz alusão a vários relatos e referências de curas das mais variadas mazelas nas “Águas Santas”, na pequena vila de Santa Maria da Boca do Monte, um dos lugares onde João Maria dedicou mais atenção e tempo, e o faz tanto pelo testemunho dos curados quanto de

pessoas que estiveram presentes e por registros em jornais rio-grandenses. Argumenta que para lá acorria gente de toda a província do Rio Grande do Sul e até mesmo do Uruguai.

Dentre os que procuravam os poderes curativos das águas, achavam-se, além do povo em geral, grandes proprietários de terra e padres. O notável concurso de multidões para as águas milagrosas logo gerou reação. Começaram a ser veiculadas notícias sobre mortes de enfermos que se banharam nas águas e alusões à crença no milagre lá buscado como “fanatismo”.

É sabido que, historicamente, religião e guerra mostram-se intimamente ligadas. Por isso e também por ser época de grande instabilidade no cone sul e de revoltas pelo Brasil, a aglomeração repentina de apreciável contingente em torno de um religioso estrangeiro, recentemente chegado da Argentina, país com o qual o Brasil experimentava forte tensão e grande desconfiança, não tardou a resultar no aprisionamento de João Maria de Agostini e na sua deportação para a província de Santa Catarina. Sobre ele pairava a fantástica suspeita de que fosse espião a serviço de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires.

A crença em águas sagradas era muito comum em todo o país. Como consequência, foram vistas com desconfiança por alguns setores do governo, especialmente aqueles ligados à área da saúde, em que predominava a ideia de que doenças só podiam ser tratadas pela medicina “oficial”.

Fato curioso envolve a própria família imperial. Em 1845, D. Pedro II, acompanhado da imperatriz Teresa Cristina, viajou ao sul do Brasil para averiguar a situação pós-Guerra Farroupilha. Junto de sua comitiva, o casal imperial visitou Caldas, distante da capital catarinense cerca de 60 quilômetros. Naquela ocasião, banharam-se nas águas termais. Para a imperatriz, foram águas de vida em seu ventre, até então seco e infértil, concebendo assim, na contagem dos meses, o primeiro filho, uma menina princesa, Isabel, “prometida” ou “consagrada a Deus”.

Karsburg informa que o italiano não desembarcou da Europa diretamente no Brasil. Na verdade, chegou a Caracas, na Venezuela, em 5 de junho de 1838, passando depois pela Colômbia,

Equador e Peru. Dirigindo-se ao nordeste deste último, vencendo a distância provavelmente à medida dos seus passos, dirigiu-se à Amazônia peruana em 6 de maio de 1843, tendo alcançado o Pará por via fluvial no ano seguinte (p. 114). Segue para a capital imperial embarcando no vapor Imperatriz, aportando ali no dia 19 de agosto de 1844. No Rio de Janeiro foi habitar na Pedra da Gávea, no período entre agosto e dezembro daquele mesmo ano. Mantinha-se através de doações de alimentos daqueles que auxiliava, retribuindo com rosários e cruzes de chumbo que fazia para esse fim. No dia 16 de dezembro embarcou para Santos, viagem que durava em média dois dias. Provavelmente desembarcou no dia 18, de onde seguiu imediatamente para Sorocaba e se estabeleceu no morro ao lado da fundição em Ipanema, na época, bairro de Sorocaba. Registrou-se nessa cidade no dia 24. Frequentava a capela da fábrica de ferro, onde obteve, até mesmo, permissão para falar aos ouvintes, dada pelo padre responsável, Antônio Dias de Arruda, bem como pelo diretor da fábrica.

A penha na qual morou ficou conhecida como “Pedra Santa”, memória das virtudes místicas do seu famoso e recluso habitante. Em algum momento de 1845, João Maria deixou o local. Em setembro de 1846, um funcionário da fábrica de ferro subiu o morro à procura do seu ilustre morador e não mais o encontrou. Aparentemente, Agostini se dirigira ao extremo sul, chegando mesmo a residir em Buenos Aires e a ser recebido pelo ditador argentino Juan Manuel de Rosas, provavelmente em 1847. Dele foi requerido não apenas que pregasse a religião, mas também que “catequisasse” os índios, transformando-os em aliados políticos do governante, devendo, para isso, enfatizar as “grandes vantagens” que teriam ao assumir aliança com Rosas. No entanto, Agostini não reconhecia tal empreitada como sua “missão”. Ficou claro que se tratava de algo que o afastaria de seu anseio religioso genuíno. Depois de insistir consideravelmente, Agostini consegue passaporte e autorização para seguir seu caminho e, em 1848, obtém, em Montevidéu, um visto de viajante para o Brasil.

Segundo Karsburg, “fica nítido que ele transpôs mais de uma vez as distâncias entre São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1844 e 1848, ora a pé,

ora de barco”. No mês de outubro de 1845 estava em Porto Alegre, possivelmente para regularizar sua situação de estrangeiro na província (p. 186).

Em 1848, João Maria já se encontrava em Campestre, província do Rio Grande do Sul, onde deixou uma comunidade religiosa organizada, até com “estatuto” que previa a nomeação de 12 zeladores, um procurador e uma espécie de calendário litúrgico indicando as festas anuais a serem observadas (pp. 177 e segs.). Dali, como vimos, foi preso pelo temor governamental de alguma sedição de cunho religioso.

O autor segue de perto os passos de Agostini. Deportado para Nossa Senhora do Desterro, o antigo nome da bela Florianópolis, o monge foi recebido sem qualquer aviso prévio, causando grande perplexidade nas autoridades locais. Depois de uma breve averiguação dos fatos, o presidente da província, Antero de Brito, “hospedou” o prisioneiro em sua casa. Certamente percebeu que João Maria não representava perigo. Vendo-se constrangido a acolher o religioso em sua residência, logo acedeu ao pedido do eremita que ansiava a solidão, sua única ambição, permitindo que fosse residir na Ilha do Arvoredo, distante pouco mais de 60 quilômetros da capital da província. Aparentemente João havia encontrado lugar tranquilo de exílio de suas perseguições, em sua Patmos particular. No entanto, diferente do apóstolo bíblico, não estava no fim de seus dias.

Chegou à ilha no dia 10 de fevereiro de 1849. Aparentemente, alguns pescadores ficaram incumbidos de levar-lhe o necessário sustento. Contudo, sua reputação o precedia (p. 98). A existência de uma fogueira que ardia todas as noites na ilha chamou a atenção de outros pescadores e daqueles que observavam de longe. Ao tomarem ciência de que o “monge milagroso” estava ali, logo se iniciaram as visitas, o que abreviou radicalmente seu exílio, limitando-se a poucos meses.

No período em que permaneceu insular, o monge foi visitado pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva. Posteriormente, o religioso visitante viu-se obrigado a prestar relatório oficial às autoridades, ainda desconfiadas do ermitão. É por tal relato que várias informações fidedignas sobre a pessoa de João Maria de Agostini são dadas, como ser “verdadeiro eremita”, que buscava “o ermo e a solidão onde, seguindo o Instituto

de Santo Antão Abade, vive em contínua oração, na mais completa abstinência e entregue a vigílias e mortificações”. João Maria afirmou “não possuir ordens sacras” e percebeu-se que sabia “perfeitamente a língua latina e francesa”, além de ser “muito versado em Teologias”. É notável que declarara não buscar a popularidade, mas esta era-lhe imposta pelo povo, que não o deixava na solidão tão ansiada por ele (p. 165). Conquanto não se alinhasse a todos os pontos da doutrina católica, Agostini via-se como fiel católico, nunca se opondo à sua igreja mãe.

Em 1849, o monge solicita às autoridades passaporte para visitar a Corte. A autorização para ir ao Rio de Janeiro foi concedida no dia 19 de maio do mesmo ano, desembarcando em seu destino no dia 23. Tal foi um alívio para o governo da província de Santa Catarina, que já via como um problema a popularidade do monge na Ilha do Arvoredo. Na cidade que certamente já era “maravilhosa”, há informações de que foi residir na Rua do Catete, número 13, local que concentrava os políticos, comerciantes mais abastados e alguns notáveis. Teorias quanto a isso não faltam. Mas, segundo o diário encontrado com o monge em sua morte, o próprio imperador D. Pedro II o recebeu, concedendo-lhe sua amizade e favores. Aparentemente, não sendo compatível com seu solitário chamado, o monge abandonou a hospitalidade imperial e se embrenhou nas matas serranas da região de Petrópolis, muito próprias para suas aspirações eremitas.

Em 1851, João Maria estava de volta à província do Rio Grande. Certamente valendo-se de seu imperial prestígio, retorna de onde havia sido exilado e, com autorização do vigário geral de Porto Alegre, prega na igreja matriz de São Borja no dia 24 de dezembro de 1851. No dia 10 de fevereiro de 1852, procura as autoridades em Porto Alegre e pede um passaporte, em que é atendido prontamente, junto com a determinação de deixar a província no prazo máximo de 30 dias. Paralelamente foi expedida ordem para todos os delegados e subdelegados da região para não permitir a fixação do eremita em nenhuma parte da extensão de seu território. Na área da tríplice fronteira, em fevereiro de 1852, fixou residência no Cerro de San Javier, esperando a definição da guerra entre Brasil e Buenos Aires.

Sua estadia atraiu a atenção de muitos povoados e vilas, a começar de brasileiros da antiga região das Missões, mas também de maiores distâncias, como de Corrientes e do Paraguai. Em novembro desse mesmo ano, Agostini redige um documento que ficou conhecido como “Testamento do Autêntico João Maria de Agostinho”, que objetivava organizar a comunidade religiosa, estabelecendo 12 protetores e um procurador, bem como incentivar a continuidade da devoção religiosa naquele lugar. Em abril de 1854 já estava na cidade argentina de Mendoza, ao pé da Cordilheira dos Andes. No entanto, no ano seguinte, chega a Santiago do Chile, ali permanecendo até 1858. Nesse ano, transfere-se para a Bolívia, rumo de retorno ao Peru, onde chega em 1859. Pouco depois, em 1860, encontra-se na Guatemala, de onde segue para o México e Cuba em 1861.

Em sua caminhada em direção ao norte, chega ao Canadá em 1862. Não satisfeito, entra em território americano, passando pelo Kansas em 1863. Nesse ano, viaja para seu destino final e fatídico, o Novo México, onde, de forma abrupta e violenta, sua longa caminhada se encerra. João Maria de Agostini foi achado morto, com evidência de assassinato, possivelmente vitimado por índios em 17 de abril de 1869.

A história de João Maria de Agostini inspira a tratativa de um assunto importante em nossos dias. Enfrentamos problemas expressivos com a intolerância religiosa, flagrante desrespeito à liberdade religiosa e de expressão. As peregrinações do monge exaltam o “direito religioso de ir e vir”. Sabemos que a religião é um dos maiores poderes que incidem sobre o ser humano. Não faltam exemplos de notáveis que realizaram proezas apegados à fé que possuíam, sempre visando ao benefício do próximo, necessitado na matéria e na alma, dentre os quais reconhecemos João Maria de Agostini.

Todas as evidências indicam que o monge era sincero em sua prática e em sua “missão”, reconhecendo um chamado da Virgem específico para si. Não acumulava nada e o que recebia por doação logo repassava a carentes. A grandeza do papel desempenhado pelo monge italiano e o ineditismo de seu “enredo” fizeram dele sempre o ator principal, impondo a coadjuvação mesmo a ilustres personagens, dentre eles Rosas e D. Pedro II.

Tamanha magnitude inaugurou uma nova forma de “trânsito religioso”. Diferente daquele que denota a rotatividade de adeptos entre os vários seguimentos religiosos, esse implica o deslocamento de massas para se apropriar do poder que acreditavam estar ligado ao monge. Em razão disso, houve perseguição, especialmente por parte do governo. A popularidade do anacoreta causava o temor de que logo quisesse fundar alguma modalidade de “reino”. De passagem pela cidade rio-grandense de Rio Pardo, foi agredido fisicamente, depois de alguns não gostarem de sua pregação. No interior de São Paulo, em Ipanema, então bairro de Sorocaba, foi zombado pelos protestantes, operários alemães da fundição que, ao ouvirem as suas rezas que ecoavam da montanha onde residia, diziam: “O bugio está roncando na serra”. Na Argentina, foi detido por algum tempo por não se alinhar exatamente com as expectativas que Rosas tinha quanto ao seu ministério, como vimos. Passados século e meio, ainda convivemos com problemas semelhantes.

Conquanto Agostini seja exemplo de um “devoto sincero”, há em nossos dias muitos que exploram a fé popular, ao prometerem que se terá a divindade apenas a “satisfação garantida”, mas jamais “o dinheiro de volta”. Muitos são enganados, não por Deus, mas por homens que descobriram, em pequenas ou grandes igrejas, grandes negócios, planos de “*capetalização*” que os beneficiam financeiramente ao se apresentarem como “santos”.

Pelo fato de a religião exercer tanto poder sobre parcelas significativas da população, tornou-se, até mesmo, parte importante nas propagandas políticas, com espaço nas plataformas de partidos, chegando ao ponto de líderes religiosos apoiarem explicitamente este ou aquele candidato, imiscuindo suas intenções supostamente religiosas com a política. Fato é que, sempre que se percebe alguma grande expressão de religiosidade que atraia atenção significativa da sociedade, geralmente é vista com desconfiança. Certamente, não há quem duvide de que, em nossos dias, para o bem ou para o mal, fé demais geralmente não cheira muito bem.